

EIXO TEMÁTICO: O EDIFÍCIO COMO DOCUMENTO
DE SOLAR DO COMENDADOR TEIXEIRA VIEIRA BELFORT A
PALÁCIO CRISTO REI: a trajetória de uma casa senhorial
Iudovicense

ANDRADE, CLÁUDIA NUNES DE LIMA E (1)¹; BRITO, STELLA REGINA
SOARES DE (2); CASTRIOTA, LEONARDO BARCI (3)

1. Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, UFMG
Escola de Arquitetura - Rua Paraíba, nº 697, sala 201, Belo Horizonte, MG
E-mail: candrade@arq.mest.ufmg.br

2. Universidade CEUMA
Faculdade de Arquitetura - R. Monção - Jardim Renascença, São Luís, MA
E-mail: srbrito7@gmail.com

3. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG
Escola de Arquitetura - Rua Paraíba, nº 697 sala 201, Belo Horizonte, MG
E-mail: leocastriota@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar e esclarecer as motivações das diferentes nomenclaturas que o Palácio Cristo Rei recebeu ao longo do tempo. [Trata-se de arquitetura civil, implantada em lote de esquina no alinhamento frontal, com afastamento lateral, porão alto e mirante](#) construída nos arrabaldes de São Luís na primeira metade dos oitocentos para ser moradia de família abastada. Esse edifício vem resistindo às várias transformações urbanas no seu entorno e diversas reformas arquitetônicas em função de mudanças de usos promovidas por seus proprietários ao longo do tempo. [Atualmente, abriga o Memorial Cristo Rei da Universidade Federal do Maranhão. Integra o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias, protegido por tombamento federal desde 1955. Este conjunto está contido pelo perímetro do Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico do centro urbano de São Luís do Maranhão, tombado pelo governo estadual através do decreto 10.089 de 06 de março de 1986. Além disso, por seus valores artísticos baseados na excepcionalidade foi tombado isoladamente pelo Estado do Maranhão em 1990.](#) Durante este período do século XIX, ela é destacada e referenciada como casa, morada, solar, sobrado, palacete até ter seu nome consolidado como Palácio Cristo Rei no século seguinte. Através da realização de

¹"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".



6º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

20 A 22.NOVEMBRO.2019

pesquisas epistemológicas, buscou-se fazer releituras urbanas, arquitetônicas, tipológicas, estudos da historiografia bem como, identificação de materiais e sistemas construtivos, a fim de compreender suas transformações físicas dentro do contexto sócio, histórico e cultural da cidade, preenchendo lacunas existentes no conhecimento sobre o processo construtivo e no entendimento dessa arquitetura como documento da memória social ludovicense e brasileira.

Palavras-chave: Palácio Cristo Rei, Casa Senhorial, Arquitetura Civil Urbana, São Luís, Maranhão.

Introdução

A investigação sobre a trajetória da casa senhorial situada na Rua dos Remédios n. 351 (antigo Largo dos Remédios n. 5, n. 13, n. 14), esquina da Rua Barão de Itapary (antiga Rua da Independência), em frente à Praça Gonçalves Dias de São Luís do Maranhão, que hoje abriga o Memorial Cristo Rei se justifica por ser um exemplar arquitetônico que se destaca na paisagem por suas características artísticas e históricas, propiciando ser admirados por sua beleza. A atribuição de valores concedida a ele, baseada na singularidade, excepcionalidade e monumentalidade, viabilizou seu tombamento isolado através do Decreto Estadual n. 11.594, que resultou na sua inscrição no Livro de Tombo sob o n. 053 em 30 de novembro de 1990. Contribuiu para o tombamento de Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias, inscrito no livro de tomo de Belas Artes sob o n. 432, volume 1 (processo n. T-54) desde 23 de dezembro de 1955, através do Decreto lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. Além disso, está contido pelo perímetro urbano do conjunto arquitetônico e urbanístico pelo governo estadual através do decreto 10.089 de 06 de março de 1986, tendo sido inscrito no Livro de Tombo sob n. 37 às folhas 8 em 16 de dezembro de 1986.

Trata-se de arquitetura civil, tipo sobrado, implantada em lote de esquina no alinhamento frontal e com afastamento lateral. Foi edificado com três pavimentos, incluindo porão alto e mirante nos idos do século XIX (1838), nos arrabaldes de São Luís pelo arquiteto Manoel José Pulgão para ser moradia de família abastada e vem resistindo às várias transformações urbanas no seu entorno e diversas reformas arquitetônicas em função de mudanças de usos promovidas pelos proprietários da mesma ao longo do tempo.

Em sua trajetória serviu de moradia a pelo menos três gerações da família Teixeira Vieira Belfort, à família Prado, e ao arcebispo Dom Alberto Sobral. Apesar de terem em comum o uso residencial, ao longo desses períodos a edificação foi referenciada como casa, morada, casa grande de sobrado, palacete, solar e palácio. Essas mudanças instigaram a compreensão do fenômeno de transformações na sua denominação.

Nesta investigação, partiu-se do princípio que a arquitetura residencial é aquela que melhor expressa a identidade cultural e organização social de um povo. As casas apresentam um



6º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

20 A 22.NOVEMBRO.2019

forte vínculo tanto com os mundos pessoais como com o coletivo (CARSALADE, 2007), pois refletem a visão de mundo de um grupo e a sua tradição. Como moradias, representam heranças materiais e imateriais: pessoas, objetos e marcas que estimulam o pensamento à necessidade do seu registro, à preservação de seus contornos arquitetônicos e espaciais, à construção e reconstrução de narrativas. Narrativas que por fazerem parte do cotidiano, não foram foco do registro histórico.

Através da realização de pesquisa epistemológica, buscou-se fazer releituras arquitetônicas, tipológicas, historiográficas. Por meio de uma abordagem semiológica e hermenêutica, buscou-se identificar os signos e como esses se instituem e compreender os sentidos desses signos (FOUCAULT, 1992). Para fundamentação, recorreu-se à tese de Flávio Carsalade (2007), o qual defende a fenomenologia, como o caminho para abordar uma edificação, na sua percepção e interpretação basilares.

Considerando que o signo assume um caráter duplo, tornou-se importante compreender as transformações físicas da forma/significante/casa dentro do contexto sócio, histórico e cultural da cidade que atribuem o conteúdo/significado/representação, preenchendo lacunas existentes no conhecimento sobre o processo construtivo e no entendimento dessa arquitetura como documento da memória social ludovicense e brasileira.

Na tentativa de contemplar a complexidade das fontes e dos resultados para compreender a importância do espaço mítico e arquitetônico da moradia enquanto lugar particular e histórico, intentou-se estabelecer um diálogo, a partir da literatura e documentos, com a geografia, a história, a arquitetura e a filosofia para abordar como essa arquitetura foi ressignificada ao longo do tempo.

Contribuíram buscas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, onde se encontram disponíveis periódicos maranhenses a partir da década de 1820. Nas transcrições dos textos, optou-se por manter a grafia original, apesar de desatualizada.

As palavras e as moradas ludovicenses

O conjunto arquitetônico e urbanístico de São Luís expressa casario construído principalmente entre a segunda metade do século XVIII e o último quartel do século XIX sobre um traçado urbano regular ortogonal, delineado no século XVII pelo engenheiro-mór



6º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

20 A 22. NOVEMBRO. 2019

Francisco Frias de Mesquita, que adaptou o núcleo urbano seiscentista existente aos padrões estabelecidos pelas Leis da Índias.

Nenhum exemplar da arquitetura civil da primeira centúria resistiu ao tempo e à ação das chuvas, pois as casas eram construídas em taipa de pilão ou pau a pique e cobertas de palha. Desta forma, desapareceram completamente ou foram substancialmente alteradas em tempos posteriores, à luz dos valores estéticos e evolução das técnicas construtivas. Somente com a constituição da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão em 1755 foi possível aproveitar as técnicas construtivas e os elementos arquitetônicos pré fabricadas portuguesas desenvolvidos a partir do terremoto de Lisboa. Essa companhia não só gerou crescimento econômico através da exportação de gêneros como o algodão e o açúcar, o que gerou um grande crescimento populacional, como também permitiu a importação dos elementos construtivos produzidos em Portugal e o refinamento da arquitetura civil colonial, conformando um conjunto urbano homogêneo. Este desenvolvimento levou São Luís a ser reconhecida como uma das quatro cidades brasileiras mais belas e prósperas na sua “Idade do ouro”, que durou de 1780 a 1880.

Esse conjunto urbano é formado por casas térreas, sobrados, palacetes e solares. Essas diferentes denominações dos edifícios residenciais ludovicenses demonstram uma necessidade de classificar o casario, que parece tornar-se mais significativa conforme se avançou no século XIX e cresceu a comercialização dessas construções.

As buscas pelo termo “morada” na Hemeroteca da BND indicaram que as primeiras classificações das moradas ludovicenses consideraram o número de pisos, tornando-se cada vez mais frequente a denominação “morada de casas de sobrado” em oposição à “morada de casas térreas”. Esse resultado corrobora o que Carita (2017) concluiu em sua pesquisa sobre o sentido que o termo *sobrado* adquire já no século XVIII de um piso superior ao térreo de um edifício. Também pôde-se constatar que os anúncios de venda de “moradas de casas”, inicialmente traziam informações sobre as dimensões dessas edificações medidas em braças e palmos. Conforme decorreu o século XIX, as casas passaram, paulatinamente, a ser classificadas conforme o número de envasaduras na fachada: *porta e janela*, *meia morada* ou *morada inteira*. Conforme Espírito Santo (2006), a fachada da *porta e janela* mede 5,7m de largura em média e é composta por uma porta e

uma janela e seu interior normalmente se constitui de uma sala, uma alcova e a cozinha. A *meia morada* apresenta uma testada em média de 8,10m e tem em sua fachada três envasaduras e seu plano incorpora um corredor que liga a porta de entrada à varanda ao fundo e ao qual se abre a sala e a alcova. À duplicação deste plano foi denominada *morada inteira*, que tendo em média 15,75 m de frente apresenta uma porta central e duas janelas em cada um dos lados. Por vezes, esses tipos apresentavam um corpo secundário perpendicular à varanda, *correr*, onde se alinhavam quartos em direção ao fundo do lote, finalizado por um banheiro e uma cozinha, formando uma planta em “L”. Por outras, o corpo secundário foi ampliado formando um “C”, ou duplicado, formando “U” ou “O”.

Algumas dessas construções, tiveram um comércio no lugar da sala, tendo as janelas substituídas por portas. Porém, no caso dos comerciantes mais abastados, o comércio ocupava todo o térreo, e suas moradas ocupavam os “sobrados”, ou seja, os pisos superiores. Outra variação, mais comum nos sobrados, é a existência de *mirantes*, que parecem ter origem nas *águas furtadas* portuguesas. **Em especial**, as *moradas inteiras* e suas expansões erguidas a partir da segunda metade do século XIX passaram a ser reconhecidas como palacetes, como forma de distinção pela sofisticação e apuro estético de sua arquitetura. Termo que, de acordo com Cartia (2017), surgiu ao final do século XVIII como “expressão de uma sociedade liberal e burguesa que emerge após a queda do antigo regime.” (CARITA 2017, p. 255)

Nos periódicos maranhenses na Hemeroteca da BNDI, o termo “palacete” apareceu inicialmente nos folhetins cujas histórias se passavam em propriedades nobres europeias. Pode-se inferir que essa ideia de nobreza, apuro estilístico e luxo foi incorporada ao imaginário maranhense e a palavra passou a ser empregada para descrever a morada de cidadãos importantes. Também foi encontrada na promoção de eventos, como bailes, e estabelecimentos como hotéis, clubes familiares, lojas de importados e o Hospital Português.

Quanto ao termo solar, a sua origem entronca na palavra latina solum, que significava solo ou terra. Solar correspondia ao lugar ou casa onde uma família nobre, na Idade Média, radicava a sua origem. Cada grande família cultivava essa origem como uma honra, como se se tratasse de um privilégio diferenciador, em termos de estatuto, das outras categorias sociais, mesmo senhoriais. [...]. É assim que os Silva passam a ter solar em São Julião da Silva, os Azevedos em Azevedo, perto de Barcelos, os



6º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

20 A 22.NOVEMBRO.2019

Cunhas com solar em Cunha, junto de Braga, ou os Melos com solar em Melo, já na Beira, perto de Gouveia.” (CARITA 2017, p. 249)

Essa não é exatamente a acepção dos solares ludovicenses. Apesar do termo solar atualmente aparecer na maioria das vezes vinculado à nobreza provincial como os solares da Baronesa de Anajatuba, da Baronesa de São Bento, do Barão de Grajaú, do Barão de Itapary, do Barão de Turiaçu, do Visconde de Itacolomi, seguindo a etimologia da palavra, os solares desses nobres deveriam estar localizados em Anajatuba, São Bento, Grajaú, Turiaçu e não em São Luís. Ademais, além das moradas de barões e baronesas, também foram reconhecidas como solares as moradas das famílias importantes cujos integrantes ocuparam cargos públicos como desembargadores, deputados, senadores e governadores embora não detivessem títulos de nobreza, como os Vasconcelos, os Leite e Cesário Veras e os Belfort. Frequentemente, essas edificações apresentam características de monumentalidade e suas tipologias diferem ligeiramente das casas descritas anteriormente.

Apesar do uso dessa nomenclatura para designar casas senhoriais ludovicenses se torne mais frequente no século XX, ela geralmente se refere a uma edificação construída originalmente em um período anterior ao ecletismo. Por vezes, uma mesma edificação foi referenciada de formas diversas de acordo com o período e seus ocupantes.

Este é o caso do Palácio Cristo Rei, localizado na Rua dos Remédios, n. 351 em frente à Praça Gonçalves Dias. Este edifício foi chamado de casa, solar, sobrado, palacete e palácio, o que levou ao questionamento se essas mudanças na designação se deram em função de mudanças na sua forma, no uso, ou de seu valor social. Esta constatação nos remete ao questionamento de Foucault (1992): “[...] A que acontecimento ou a que lei obedecem essas mutações que fazem com que de súbito as coisas não sejam mais percebidas, descritas, enunciadas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modo [...]?” (FOUCAULT, 1992, p 231)

Reconhecendo que o ser humano encontra dificuldades para pensar sobre aquilo que não consegue nomear; que o conhecimento passa pela linguagem; e que a linguagem além de instaurar as coisas através do nome, permite criar convenções e uma base comum de relação que permitirão a comunicação (HEIDEGGER apud CARSALADE, 2007), a...

Significação passa a ser então uma palavra chave na relação que estabelecemos com as coisas, principalmente porque reconhecemos a

importância da dotação de significado como necessidade fundamental do homem. [...] Significar remete ao processo de compreensão do mundo [...] O significado, pelo visto, não acontece de forma isolada, mas dentro da estrutura de campo (contexto) onde acontecem as relações, fazendo inclusive com que a compreensão do todo transcenda o significante de cada parte individual. (CARSALADE, 2007, p. 43-44)

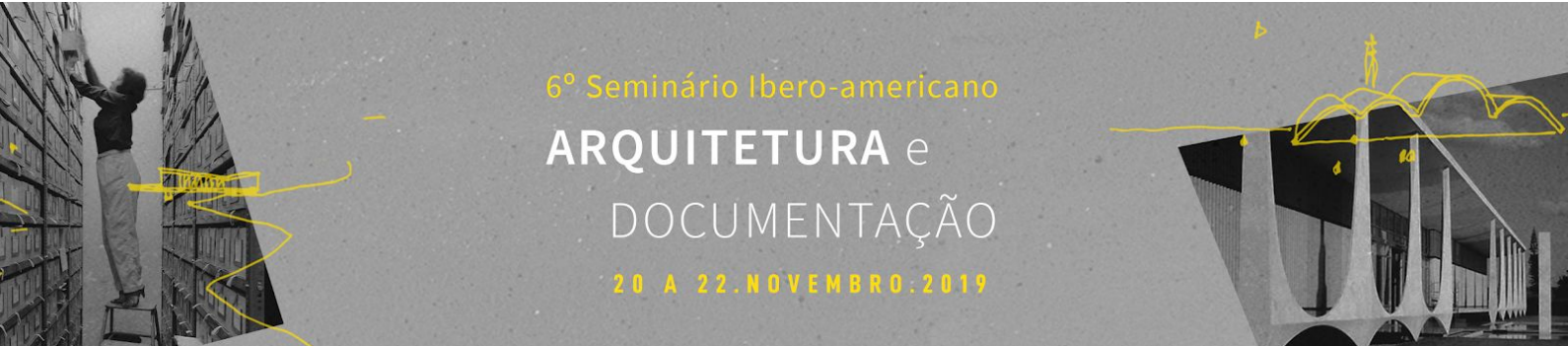
Nosso olhar reflete a cultura em que estamos imersos. Há, no entanto, pontos de desequilíbrios, quando nossa visão de mundo é posta em cheque, e isso nos leva a outras perspectivas, e nos revelam visões sobre as coisas, como o objeto arquitetônico, que anteriormente estavam obscuras, produzindo uma nova relação com o sujeito. Essa relação, contudo, sempre acontecerá de forma dialógica, uma vez que nossa percepção não é passiva e cada obra “nos revela algo sobre o próprio mundo e altera a nossa compreensão desse próprio mundo” (HEIDEGGER, apud CARSALADE, 2007, p. 35). Isto nos leva a entender que as coisas apenas existem em função dos significados que atribuímos a elas, e que esses significados estão constantemente sendo revistos. E, portanto, a sua classificação revela um olhar que aproxima coisas semelhantes e as distinguem de outras seguindo um critério prévio, uma ordem, uma lei anterior, os códigos fundamentais de uma cultura.

“[...] entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerências, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou se espelham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes etc. [...]” (FOUCAULT, 1992, p. 10-11)

Uma vez que as coisas não são em si, mas existem como as definimos e essa compreensão está em constante atualização decorrente de novas experiências, para entendê-las plenamente, é necessário aplicar métodos interpretativos capazes de penetrar nas camadas de significados.

A edificação propriamente dita

Implantada em lote de esquina com projeção em planta em L medindo 40 metros de frente ao poente e 45.85 metros de fundo que se prolonga pela divisa norte, essa casa se destaca do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias pela sua imponência e



ornamentações, tendo sido retratada por diferentes artistas em seus tempos (Fig.3).

Observa-se que este exemplar, como outros do início do século XIX, demonstra manifestações neoplasticistas condizentes com o gosto neoclássico, difundido pela missão artística francesa trazida por D. João VI em 1816, mas ainda se encontra arraigado aos padrões tradicionais portugueses, como o sistema construtivo com paredes externas em alvenaria de pedra e cal, a implantação no alinhamento frontal do lote, distribuição espacial dos cômodos, a repetição de envasaduras, dos panos de telhado, os cunhais com base e capital lembrando as ordens clássicas, a cimalha, o beira e bica.

A casa se desenvolve em três níveis: o piso nobre, um porão alto habitável e um mirante. A fachada Oeste voltada para a Rua dos Remédios (Fig. 1) se desenvolve em um retângulo emoldurado pelos cunhais laterais, barrado de rodapé e cimalha. No pano da fachada, com ligeira supremacia de cheios sobre vazios, estão distribuídos uniforme e simetricamente sete vãos de janela nivelados pelas vergas em arco segmentado abaulado; As envasaduras são guarnecidas de enquadramento e sobreverga em massa com fecho e ornamentos em *rocaille*. Ao centro, três janelas rasgadas se abrem para um balcão corrido de pedra lioz abaulado no terço central e guarnecido por gradil de ferro forjado com desenhos geométricos e curvilíneos onde encontra-se a data da construção, "1838". O balcão é apoiado sobre quatro mísulas ricamente ornamentadas com curvas, contracurvas e folhas de acalanto. Sobre esses três vãos centrais, o volume do mirante se destaca da cobertura. Na parede, três janelas rasgadas se abrem para um balcão corrido em lioz guarnecido de gradil de ferro com composição simplificada. (Fig. 1)

No nível nobre, nos dois lados do conjunto central se encontram duas janelas de peito. Sob todas as janelas e nas suas prumadas, óculos ovais guarnecidos de gradis de ferro denunciam o porão alto habitável.

Em cada um dos lados do corpo principal, há um prolongamento do porão delineado pelo friso superior a partir do balcão sacado onde se destaca um portão de ornamentação de influência neoclássica e de altura mais alta, ladeado por janelas em arco segmentado abaulado fechadas por gradil de ferro. O conjunto direito, que dá acesso ao jardim lateral onde tem início uma escadaria nobre em lioz que leva ao alpendre da portada principal, têm suas guarnições em lioz. Acima dele, vê-se uma estátua, fabricada em faiança na cor

branco, representando Diana.

Figura 1 – Montagem Fachada Oeste – Rua dos Remédios



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012.

O conjunto esquerdo, repete a composição do direito porém o lioz é substituído por massa em relevo. O portão dá acesso, atualmente, ao Memorial Cristo Rei e sobre este conjunto, sustentado por três abóbadas de berço há um *solarium*, algo incomum na arquitetura ludovicense. Para esse pátio descoberto ao nível do pavimento nobre e limitado por gradil de ferro e pela empina do prédio vizinho, abrem-se portas e janelas simétricas.

A fachada sul (nobre) exhibe portada em cantaria com o respectivo arco segmentado abaulado acentuado, alterando inclusive o telhado. Ampliando a portada, molduras em massa reproduzem o trabalho em relevo do lioz. No fecho em massa sobre o lioz, se destaca uma vieira, encimada por um vaso de flores ladeado por dragões alados de onde saem volutas acompanhando o caimento do arco e sobre o capitel. Um pingente de cada lado completa a decoração de destaque da porta almofadada com aldraba. Em cada um dos lados da portada, duas janelas de guilhotina em caixilho e vidro. Entre as duas janelas à esquerda, um registro devocional em azulejos do “Sagrado Coração de Jesus”.

À direita, no prolongamento da varanda, observa-se duas janelas no nível nobre e uma porta no térreo. Perpendicular à fachada, um muro lateral composto por quatro colunas de alvenaria rebocada e gradis de ferro limita o jardim social do jardim íntimo. As colunas nas extremidades são encimadas por pinhas em faiança portuguesa e as centrais sustentam lampiões.

Esse jardim é o ponto focal da varanda que ocupa toda a face leste do corpo principal e do *correr* formando um “L”. Esses espaços são dotados de janelas venezianas encimadas por bandeira em caixilho de vidro de forma radial no pavimento principal, e de arcos fechados por gradil de ferro a meia altura no térreo. Ao final do *correr*, em uma das últimas alterações, foi acrescentado um volume para uma escada mais cômoda que se desenvolve em dois lances paralelos mais um patamar.

A cobertura tem estrutura em madeira e recobrimento em telha de barro tipo capa canal de secção curva, composta por diversas águas paralelas às fachadas. Os oitões referentes às paredes laterais do mirante apresentam-se guarnecidas com telhas de barro, recurso utilizado para proteção das paredes em alvenaria de taipa, embora atualmente essas paredes já tenham sido reconstruídas em alvenaria de tijolo rebocada, que pode também ser entendida como uma adaptação da arquitetura lusa aos trópicos maranhenses. Constata-se ainda a presença de beiral em mão francesa no pavimento térreo ao longo da varanda interna.

O interior apresenta-se com materiais construtivos e de revestimentos em grande parte alterados, após as diversas intervenções/reformas sofridas (1948, 1952, 1968, 1970, 1991 e 2018) para se adequar às novas funções de uso e, talvez a maior delas, decorrentes da necessidade de reconstrução de grande parte do corpo principal, após o incêndio ocorrido em outubro de 1991.

As esquadrias, elementos de vedação das portas e janelas são confeccionadas em madeira de lei. As portas internas são cegas e almofadadas; as janelas externas e internas em madeira e vidro - tipo guilhotina e as janelas rasgadas em madeira contendo bandeira, veneziana e vidro. O piso do pavimento térreo está atualmente revestido por lajotas cerâmica industrializada colocada na reforma após o incêndio de 1991. E os demais pisos são em tábuas de madeira de lei.

A edificação nos seus diferentes momentos

O primeiro morador identificado foi o comendador José Joaquim Teixeira Vieira Belfort (1817 -1876). Era filho do Coronel José Joaquim Vieira Belfort e Maria Thereza Teixeira e, portanto, neto do Comendador Caetano José Teixeira e irmão de Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort, que foi agraciado com o título de Barão do Gurupi (1855) e Visconde



6º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

20 A 22.NOVEMBRO.2019

de Belfort (1872). Casou-se em 1º de Agosto de 1839 com D. Rita Tavares da Silva, filha do abastado agricultor José Tavares da Silva. Teve com ela três filhos, dos quais apenas José Joaquim Tavares Belfort, professor da Faculdade de Direito de Pernambuco ainda era vivo na abertura de seu testamento em 1876. Foi oficial da guarda nacional reformado no posto de tenente coronel, fidalgo cavaleiro da casa Imperial (1853), recebendo a comenda da Ordem de Cristo em 1855 e a comenda da Ordem de N. S. da Conceição de Villa Viçosa. Foi vereador, vice-presidente da província do Maranhão (1855), deputado geral (1859) e chefe do partido conservador até 1861, quando passou a integrar um novo partido com ideias liberais.

Provavelmente em função do casamento em 1839, um ano após a inscrição no gradil do balcão sacado, e a ornamentação de inspiração heráldica representando uma vieira acreditou-se que a edificação havia sido erguida para servir de moradia do comendador. No entanto, foram encontrados documentos que contradizem Medeiros e Grillo & Werneck e indicam que ele não foi o primeiro morador. Além de seu nome apenas aparecer vinculado ao endereço no Largo dos Remédios n. 5 a partir de 1862, até aquele ano constava nas diversas publicações do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão, o seu endereço à rua do Sol, ao que corrobora a publicação da Câmara Eclesiástica em maio de 1857 sobre os limites das freguesias, onde “a rua do Ribeirão tendo princípio da casa do Machado até a rua do Sol, canto da casa hoje do commendador José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, ficando esta pertencendo à freguezia da Sé [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1857, p. 3).

Observou-se também que o Largo dos Remédios n. 5, até o ano de 1858 era ocupado pelo Senhor José Firmino Vieira. Coincidentemente, na edição do Almanak Administrativo Mercantil e Industrial de 1862, o Inspetor da Thesouraria da Fazenda, Commendador José Firmino Vieira têm seu endereço na Rua do Sol, n. 99. Cogita-se que o Comendador tenha trocado o seu sobrado na rua do Sol pelo palacete no Largo dos Remédios.

Tendo D. Rita Tavares Belfort falecido em Recife em 1875, em fevereiro de 1876, o comendador colocou a venda, através de leilão, o recheio de sua casa composto por “... mobília de sala, sala de jantar, quartos, varanda e cosinha; relógios, espelhos, lustres, serpentinas, quadros, tapetes, transparentes, cortinas, metaes em obra, vidros, procellana e

louça e tudo o que é de uso e arranjo doméstico”. (PEREIRA, 1876) Após o falecimento do comendador, por requerimento do inventariante e filho do casal, José Joaquim Tavares Belfort e determinação do juiz de direito de órfãos e ausentes, José Marcelino Nunes Gonçalves, foi levada a venda no leilão do agente Narciso José Teixeira “[...] Uma **casa grande de sobrado**, com mirante, toda de pedra e cal, com jardim e pomar, sita no largo dos Remédios, n. 13”

Aparentemente, não foram encontrados compradores e a casa passou por herança a três de seus netos: José Luís, Eurico Miguel e Luiz Miguel Belfort Quadros, filhos da falecida D. Maria Thereza com o Dr. Luiz Miguel Quadros. Porém, em 1877, José Luiz seguiu para o Rio de Janeiro onde se formou em medicina. Dois anos depois, os irmãos Luiz Miguel e Eurico Miguel seguiram os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia ficando a casa alugada, conforme aparecem nas relações das décimas urbanas dos anos de 77 a 87.

Ainda não foi possível certificar quem foram os inquilinos no casarão. Mas consta que o Coronel Joaquim Baptista do Prado, capitalista, banqueiro, presidente e tesoureiro da Companhia Industrial Maranhense, agente consular dos Estados Unidos e da Holanda adquiriu o casarão em dezembro de 1900 (MEDEIROS, 2003; GRILLO & WERNECK, 2012). Uma das provas da sua moradia, a crônica sobre um baile descrevia “o palacete, que se achava ricamente ornamentado interior e exteriormente [e] apresentava um efeito deslumbrante; o seu aspecto imponente e luxuoso”, e contava como seus convidados dividiam o tempo entre os salões iluminados por candelabros que davam “uma bizarra feição de constellações em toda sua plenitude” e o espaçoso alpendre que “quase ao ar livre, oferecia a absorção balsâmica da viração da noite e a claridade da lua ” que em todo o seu brilho conferia “uns matizes de esplendor ao belo palacete que se ostenta na Praça Gonçalves Dias.” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1905).

Lugar de grandes comemorações, acabou marcado na história como local onde o coronel Joaquim Prado, falido, pôs fim à sua vida em 1908. Sem recursos, o casarão foi a leilão, mas, a viúva Constância de Carvalho Prado conseguiu através de seu pai arrematar o palacete por 27 contos de réis (A PACOTILHA, 1909).

Conforme anunciado na Edição nº 48 do Jornal Pacotilha em 1913, D. Constância, já casada com João Bonifácio de Carvalho, vendeu o palacete por 40 contos de réis à



6º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

20 A 22.NOVEMBRO.2019

sociedade Azilo Orfanológico Santa Luzia. Porém os anúncios de aluguel do imóvel e as notícias que seguem sobre o Asilo Santa Luzia na Rua Oswaldo Cruz, sugerem que a compra não foi concluída.

Medeiros (2003) informa que “Em 17 de julho de 1920 o Bispo Diocesano, D. Helvécio Gomes de Oliveira, comprou o sobrado para um mês mais tarde alugar por um período de dois anos para a South American e General Syndicate Limited. (MEDEIROS, 2003, p. 10-11). Além desta, são listados como ocupantes na década seguinte a Escola dos Jesuítas, a Escola dos Aprendizes Marinheiros e a Escola Normal do Estado. Dessas ocupações, só foi confirmada a Escola Normal através da notícia de Dom Adalberto Sobral ter escolhido para seu endereço o antigo prédio da Escola Normal e dá início a uma grande reforma sob o comando do cônego Antônio Cavalcante que o transformou “em uma das mais ricas casas de São Luiz - rica no bom gosto que presidiu a sua arquitetura; rica, ainda, na expressão artística de suas decorações - embora que tenha predominado na disposição do seu mobiliário o requinte da modéstia”. Como parte da cerimônia de inauguração a partir da qual passou a ser chamado de Palácio Cristo Rei, foi rezada “a primeira missa na encantadora capela [...]” Também consta que o arcebispo teve seus aposentos instalados no mirante.

A partir de 1953, além da sede do Arcebispado, o Palácio Cristo Rei passou a abrigar a Faculdade de Filosofia do Maranhão e a Escola Maranhense de Serviço Social, obras das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, ordem fundada em Campinas em 1928.

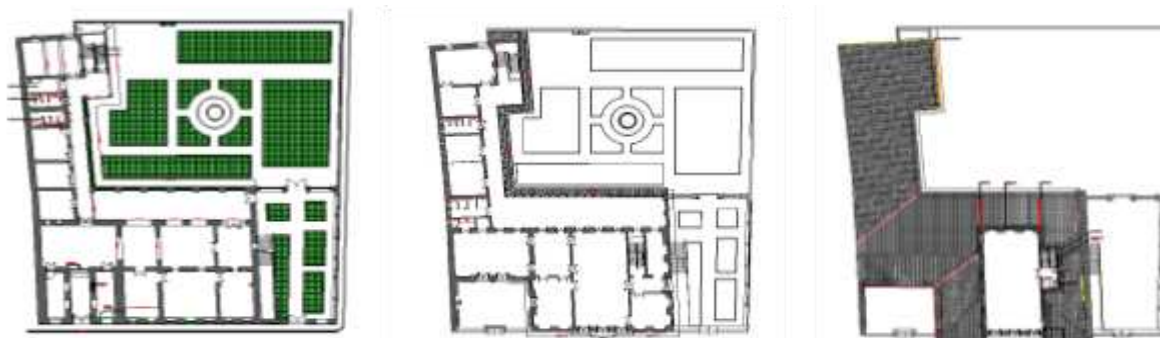
Em 1966, foi criada a Fundação Universidade do Maranhão com a união das Faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Ciências Médicas, Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Maranhão e A Escola Maranhense de Serviço Social (1953). Em 29 de setembro de 1970, o Arcebispo Dom João Albuquerque vendeu a Fundação Universidade do Maranhão, e o Palácio passou por nova reforma. Em 1971, a reitoria da Universidade Federal do Maranhão - UFMA passou a ocupar o Palácio Cristo Rei.

Em 1992 um incêndio consumiu o primeiro pavimento e o mirante, mas no ano seguinte ele já se encontrava reconstruído, tendo incorporado um memorial da UFMA, espaço de resgate, preservação e difusão da história da UFMA.

Em 2012, o espaço arquitetônico que compõe o Palácio Cristo Rei estava desta forma organizado: o pavimento térreo era utilizado pelo Memorial da UFMA e os demais pavimentos utilizados pela Reitoria e a Procuradoria da Universidade. O memorial da UFMA está composto pelas seguintes dependências: recepção, salas dos reitorados, alas de exposição permanente, ala de exposição temporária, sala dos fatos memoráveis, setor de consulta, reserva técnica, setor educativo, sala de limpeza e higienização de acervo, sala da administração, sala de bolsista, cafeteria, sala de telefonia, banheiros, jardim lateral e pátio interno com chafariz. A Reitoria da UFMA está composta pelas seguintes dependências: jurídica, banheiros masculino e feminino, gabinetes do reitor e do vice-reitor, terraço, auditório e secretaria do colegiado superior (Fig. 2).

Figura 2 – Plantas do Palacete Gentil Braga – Levantamento, 2012

Térreo, Piso Nobre e Mirante



Fonte: Grillo & Weneck Projetos e Consultoria Ltda., 2012

As hipóteses de alterações e as designações

Quando analisadas as imagens da edificação a partir do século XIX, percebe-se que as principais fachadas pouco foram alteradas ao longo de toda a sua trajetória. As escassas descrições também são compatíveis com a configuração atual da edificação, sendo as modificações mais perceptíveis nos revestimentos como do antigo porão que hoje abriga o Memorial da UFMA, o revestimento externo das paredes do mirante com telhas, ou ainda a pintura marmoreada, ambas visíveis no início do século XX (Fig 3). Também foi possível identificar a modernização de instalações sanitárias, e o deslocamento da escada de serviços, que passou a ser mais confortável.

A capela que ali existia ao tempo do Arcebispado do Maranhão não existe mais, sendo

impossível averiguar se essa fez parte do programa da edificação quando ocupada pelas famílias Belfort ou Prado ou se foi introduzida na reforma da década de 1950.

Os usos, no entanto, mudaram. Se inicialmente a família do Comendador ocupava o pavimento nobre, o térreo (porão alto) era reservado às cocheiras, instalações de criadagem e depósito. A mesma organização do espaço parece ter prevalecido quando a família Prado ali habitava. Com a instalação da Escola Normal, os amplos cômodos foram usados como salas de aula. O mirante que normalmente era usado para abrigar visitantes e doentes em isolamento nas moradas maranhenses durante os períodos colonial e imperial, foi escolhido para os aposentos privados de Dom Adalberto Sobral quando se mudou para o seu palácio. A sede do arcebispado foi instalado no piso nobre do corpo principal, e os demais cômodos serviram ao ensino/aprendizado, com a instalação da Faculdade de Filosofia. Com a UFMA, o uso institucional mudou. O térreo recebeu uso mais nobre, a manutenção da memória da Universidade Federal do Maranhão.

As mudanças mais significativas ocorreram no entorno. Durante todo o século XVIII, em função do difícil acesso àquela região da cidade de São Luís era praticamente desabitada, mesmo com a construção de uma pequena ermida em terreno de religiosos franciscanos. O assassinato de um homem dentro da ermida, afastou devotos que temiam fazer orações em lugar tão ermo. No início do século XIX, uma igreja (1804) (Fig. 4) construída com donativos substituiu a ermida em ruína. Naquele tempo, o entorno da Ponta do Romeu era ocupado por fábricas de soque de arroz, madeireiras e a casa de correção. Com o projeto de ampliação do Cais da Sagração até a ponta dos Remédios, também chamada do Romeu, e a abertura da estrada ligando o caminho grande à Ponta do Romeu, aquele entorno começou a modificar, tornando-se local preferencial das casas da elite.

Após a mudança do Comendador para o Largo dos Remédios, o Largo foi retratado pelo pintor Giuseppe Leon Righini, a ermida foi elevada a categoria de altar privilegiado “pro-defunctis”, ou seja, aqueles que tivessem missas rezada pelas suas almas celebradas naquele local por sacerdotes, ficariam livres do purgatório. (A Pacotilha, 1930). Também conseguiu-se melhorias no sistema de bondes, e a Festa anual dos Remédios se fortalecia sendo comparada à Festa dos Remédios àquela do Bomfim na Bahia e à de N. S. de Nazaré em Belém. A partir de 1893, a festa foi interrompida.

Já, no ano que o Coronel Prado se mudou para o seu palacete, O largo dos Remedios havia sido remodelado, sendo a parte norte chamada Praça Gonçalves Dias, e a parte oeste chamada de largo dos Amores além da Praça dos Remédios mais próxima à igreja. Pouco depois (1903-1911), a igreja foi reconstruída, com uma nova tipologia

Figura 4 - Vista de São Luís, 1863



Righini, Giuseppe Leon. Montagem com ampliação do detalhe. Fonte: agendadomaranhao.com.br.

Considerações

Conforme foi possível perceber, a edificação hoje reconhecida como Palácio Cristo Rei não sofreu significativas alterações na sua forma física. No entanto, recebeu diferentes denominações ao longo de toda a sua trajetória, demonstrando que as principais motivações foram mudanças na percepção do edifício, no seu significado simbólico, evidenciando as mudanças urbanísticas e socioculturais ocorridas ao longo dos séculos XIX e XIX em São Luís, Maranhão.

Referências

A.M. Comentários. **Diário do Maranhão**, São Luís, Anno XLI, n. 11191, p.1, 15 out.1910.

CÂMARA ECLESIAÍSTICA. **Diário do Maranhão**, São Luís, n. 056, p.3, 8 maio 1857.

CARITA, Helder. Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: nomenclaturas da casa

6º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

20 A 22.NOVEMBRO.2019

senhorial da idade média ao século XIX *in*: Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores [livro eletrônico] 1. ed. p. 243 - 259. Pelotas: CLAEAC, 2017.

CARSALADE, F. L. **Desenho Contextual**: Uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

DIÁRIO DO MARANHÃO. O grande baile. **Diário do Maranhão**, São Luís, n. 9.463, p.2, 21 fev. 1905

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão**: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana. Recife. 2006.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GRILLO & WERNECK projetos e consultoria Ltda. **Projeto de restauração e requalificação do Palácio Cristo Rei**. São Luís, 2012.

MEDEIROS, Carlos Henrique Guimarães. **Histórico do Palácio Cristo Rei**. São Luís: UFMA, 2003

PEREIRA, Joaquim Tibério da Rocha. Leilão. **Diário do Maranhão**, São Luís, 14 fev. 1876.

SILVA FILHO, O. P. **Varandas de São Luís** - gradis e azulejos. 1. ed. Brasília: IPHAN, 2010.

SILVA FILHO, O. P. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. Belo Horizonte: Formato, 1998

A PACOTILHA, A igreja dos Remédios. **A Pacotilha**, São Luís, anno XLIX, n. 4, 4 jan. 1930.

JORNAL DO MARANHÃO. Edição Universidade. **Jornal do Maranhão**, São Luís, Ano XX, n. 3014, 27 jul.1961.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão (1840-1890)